

Registro de reunião

Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030. (Portaria N° 133 de 28/09/2018)

Data: 18/dez/2018 – Primeira reunião

Local: Sala de Sessões da Primeira Turma – STF

Redação: Angela Santos

Participantes: lista scaneada.

A Conselheira Maria Tereza abriu falando da importância da participação do Poder Judiciário na implantação da Agenda 2030, e colocou que no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em 3-4/dez/2018, o Ministro Dias Toffoli afirmou que gostaria de ver os ODS implantados no Poder Judiciário até 2020. Para isso o Poder Judiciário trabalhará para incluir na sua Estratégia Nacional indicadores que representem sua efetiva contribuição com o alcance dos ODS.

A palavra foi passada ao Conselheiro Márcio Shiefler. Ressaltou que todas as pautas nacionais passam pelo Poder Judiciário, inclusive as políticas públicas, e deu alguns exemplos, como o Bacenjud, audiências de custódia, violência contra a mulher, o sistema carcerário. Isso traz grandes desafios, mas também oportunidades para o CNJ, que gere o sistema de justiça e alinha efetivamente o discurso.

Em seguida, a palavra foi passada para que cada participante se apresentasse, e a Conselheira passou a seguir o roteiro da apresentação preparada.

Ao concluir a apresentação, cada representante falou um pouco sobre os trabalhos desenvolvidos em suas áreas e como avalia a relação com a proposta do Poder Judiciário.

A representante do Itamaraty, Dra. Débora, informou que o IBGE já iniciou o trabalho de definição dos indicadores para as metas nacionais trabalhadas pelo IPEA.

As metas propostas passaram por uma Consulta Pública, encerrada no dia 16/12/18, e o IPEA as consolidará, com os dados recebidos, para apresentação à Comissão Nacional.

A representante do PNUD, Dra. Maristela, demonstrou interesse em realizar reuniões preparatórias com o CNJ, antes da próxima reunião, prevista para o final de janeiro, de forma que definam as linhas de trabalho considerando os

temas mais relevantes. Ressaltou a importância do CNJ como indutor de políticas no cenário nacional.

Além dos representantes previstos na Portaria de nomeação, tivemos a participação do TCU, na pessoa da Dra. Kellen, que se dispôs a ajudar no processo de construção desse trabalho no Poder Judiciário, uma vez que o TCU dispõe de boas práticas e aprendizados com o processo interno de alinhamento das metas do TCU aos ODS, assim como com o trabalho de controle externo das demais instituições que participam da Agenda 2030.

Também tiveram a palavra o Conselheiro Valdetário Monteiro e a Dra. Flávia Pessoa, juíza auxiliar da Presidência.

Sobre a agenda proposta para as próximas reuniões, o representante do IPEA sugeriu rever a data de janeiro, devido ao processo de transição do Governo e as férias de muitos servidores. Porém, a agenda ficou pré-aprovada e qualquer alteração deve ser comunicada com antecedência.

A programação segue com a próxima reunião no dia 23/jan/2019, quando as instituições convidadas farão uma explanação sobre os trabalhos desenvolvidos até o momento e como enxergam a participação do Poder Judiciário na Agenda 2030.

Ao final, tivemos a presença do Ministro Dias Toffoli, que ressaltou seu interesse na Agenda 2030, abordou a importância da participação do Poder Judiciário no alcance dos ODS, a relevância do papel do Judiciário no cenário nacional e a projeção que esse trabalho inovador dará ao Poder Judiciário no mundo.

A reunião foi finalizada com o agradecimento a todos os participantes, e com a comunicação que o material apresentado será enviado por email.